

Muito se precisou fazer, na última década, para que o País pudesse dispor de dados para superar um dos seus maiores desafios: estruturar e desenvolver o Sistema Único de Saúde, identificar problemas e soluções, ao mesmo tempo em que se buscava planejar políticas públicas e a assistência à saúde.

Na área oncológica, com o esforço de muitos setores do Ministério da Saúde e de representantes de diversas instituições, desenhou-se para o Brasil uma Política Nacional de Prevenção e Controle do Câncer que, atualmente, exige formalização documental para se consolidar. O INCA fez parte desse trabalho, que está sendo submetido a diversas instâncias até a sua adoção pelo Governo Brasileiro.

É importante que se tenha em mente que Política é um instrumento de Estado, que deve ser o mais abrangente para ser duradoura e atender as aspirações da sociedade. É que da Política saem as prioridades que, traduzidas em ações, projetos e programas e seus respectivos orçamentos e gastos, configuram o Plano Plurianual, este um instrumento de Governo.

Que o trabalho de tanta gente e de tantos anos traga um futuro alentador para todos nós.

Jacob Kligerman
Diretor Geral

O documento finalizado, que teve forte atuação do INCA, com propostas de uma política de prevenção e controle do câncer está em fase de apresentação para diversos órgãos relacionados à área governamental. Recentemente, seu conteúdo foi apresentado pelo Diretor Geral do INCA à Comissão Intergestora Tripartite do SUS, no Ministério da Saúde, e aguarda ser pautada pelo Conselho Nacional de Saúde.

Estão expostos neste documento o panorama atual da área oncológica no Brasil, os objetivos de uma política nacional, e as prioridades no planejamento de ações integradas, para que se alcance uma situação desejada. A proposta conclui que o câncer é um problema de saúde pública e requer uma política nacional para sua prevenção e controle.

Destaca-se que somente a aplicação conjunta, em âmbito nacional, da prevenção do câncer e assistência à saúde poderá reduzir a incidência e a mortalidade por câncer no Brasil. Explica-se também a importância de uma Política Nacional de Prevenção e Controle do Câncer (PNPCC) com coordenação centralizada, no INCA, mas que os serviços de saúde, viabilizados com recursos da União, devem ser descentralizados. A regulamentação do processo global cabe ao Ministério da Saúde.

A proposta conclui que o câncer é um problema de saúde pública e requer uma política nacional para sua prevenção e controle.

O Diretor Geral do INCA, Jacob Kligerman, vê a formalização da PNPCC como um coroamento do que o Instituto vem realizando ao longo da última década: “Afinal, somos, desde 1991, o órgão assessor do Ministro da Saúde, para a prevenção e controle do câncer no Brasil.”

Os pontos da proposta tidos como prioridade incluem o estabelecimento de programas de controle dos fatores de risco de câncer (tabagismo, fatores alimentares etc) e de detecção precoce de cânceres do colo do útero, mama, pele e boca; criação de sistemas de avaliação e vigilância do câncer e de seus fatores de risco; viabilização de condições para a prestação de serviços assistenciais integrados e expandi-los nacionalmente; estabelecimento de mecanismos de regulação de fluxo de pacientes nos estados; e a estruturação de programas de qualificação de recursos humanos e de pesquisas básica, clínica e epidemiológica. ■

O Diretor Geral do INCA, Jacob Kligerman, vê a formalização da PNPCC como um coroamento do que o Instituto vem realizando ao longo da última década.